



## DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA COMPROVAR O VÍNCULO AO IMÓVEL

Você pode escolher um dos documentos abaixo para nos apresentar:

Vínculo ao imóvel	Tipo de documento	O que deve constar no documento e orientações
<b>ALUGUEL DO IMÓVEL/ COMODATO</b>	Contrato de Comodato do imóvel	Comodatário, comodante, período de uso/gozo do imóvel e finalidade do uso do imóvel (comercial ou residencial)
	Contrato de Sublocação do imóvel	Sublocador, sublocatário, objeto da sublocação, período da sublocação e finalidade do uso do imóvel (comercial ou residencial)
	Contrato de Locação vigente	Locador, locatário, objeto da locação, período da locação e finalidade do uso do imóvel (comercial ou residencial)
	Contrato de Locação vigente (digital e eletrônico)	Locador, locatário, objeto da locação, período da locação e finalidade do uso do imóvel (comercial ou residencial). Se o documento for apresentado de forma impressa, precisamos que o solicitante (locatário) assine o documento e insira seu número de CPF
<b>COMPRA DO IMÓVEL/ COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL</b>	Contrato particular de compra e venda/ Promessa particular de compra e venda	Outorgante, outorgados, objeto da transação e data da realização
	Matrícula municipal (IPTU)	IPTU do ano vigente, em nome do proprietário do imóvel e com o endereço que está cadastrado em nosso sistema comercial
	Certidão de Matrícula do imóvel	Emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis correspondente e em nome do proprietário do imóvel.
	Escritura pública de compra e venda/ Escritura pública de promessa de compra e venda	Outorgante, outorgado, objeto da transação e data da realização em nome do proprietário do imóvel. Deve ser emitida e registrada pelo Cartório de Registro de Imóvel (Ofício de Notas)
	Sentença da ação de despejo	É o documento com tempo determinado para a desocupação voluntária do imóvel solicitado pelo proprietário

<b>COMPRA DO IMÓVEL/ COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DO IMÓVEL</b>	Outros documentos	Deve constar a responsabilidade do solicitante pelo imóvel, podendo ser uma das seguintes opções: Contrato de licitação; Contrato de arrendamento; Recibo de Compra ou Posse; Contrato de Permuta; Carta de arrematação; Ofício em caso de Governo Municipal, Estadual ou Federal; CCU: Contrato de Concessão de uso ou ofício do INCRA; Usufruto; Cessão de Promessa de compra e venda; Certidão de Inventariante; Inventário; Cessão de Direitos Hereditários; Formal de Partilha (justiça) ou Escritura Pública de Partilha; Procuração de Plenos poderes do imóvel para o outorgado contendo o artigo 117 ou declarando que o outorgante passa a posse e plenos poderes para o outorgado.
<b>SEPARAÇÃO MATRIMONIAL</b>	Certidão de Casamento Averbada com o divórcio e decisão judicial com declaração da propriedade do imóvel	Decisão judicial com declaração da propriedade do imóvel
	Partilha de Bens (justiça ou cartório)	Partilha de bens comprovando o início de responsabilidade de um dos cônjuges sobre o imóvel
<b>FALECIMENTO DO TITULAR</b>	Se o novo titular ainda não tiver o documento que comprove a posse ou propriedade do imóvel, a Certidão de óbito poderá ser aceita	

- ❖ Casos de Ocupação Informal consolidada (clandestinos, irregulares ou aqueles em que, na época da implantação ou regularização, não foi possível realizar a titulação de seus ocupantes). Poderá fornecer uma DECLARAÇÃO (vide modelo abaixo), junto com um documento que demonstre a moradia no local em que está pedindo a troca de titularidade → exemplo: documento da prefeitura ou documento de associação de bairro ou algum comprovante (conta de água, telefone, internet, etc).
- ❖ Casos de clientes que não possuem nenhum documento em seu nome, pois o proprietário é um familiar próximo  
Poderá fornecer uma DECLARAÇÃO (vide modelo abaixo), junto com um documento conforme listado acima DOCUMENTOS DE POSSE E PROPRIEDADE em nome do proprietário do imóvel.



### MODELO DE DECLARAÇÃO DE POSSE E PROPRIEDADE

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_, solicito a Troca de Titularidade do ponto de fornecimento situado no endereço \_\_\_\_\_ e declaro sob as penas de lei, em especial o Artigo 299 do Código Penal, que sou responsável desde \_\_\_\_\_, e que não possuo documento de propriedade ou posse do imóvel em meu nome, pelo motivo de \_\_\_\_\_.

Apresento juntamente a esta declaração o documento \_\_\_\_\_ demonstrando o meu vínculo com o imóvel.

[Município] \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Conforme documento original

#### Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.